

## Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil<sup>1</sup>

**\_Ângela Cristina Salgueiro Marques**  
**\_Viviane Gonçalves Freitas**

*Género, autonomía y subjetivación política de mujeres negras en Brasil*  
*Gender, autonomy and political subjectification of black women in Brazil*

### SOBRE AS AUTORAS >

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Professora do PPG em Comunicação Social da UFMG.  
Doutora em Comunicação pela UFMG.

Email: angelasalgueiro@gmail.com

VIVIANE GONÇALVES FREITAS

Doutora em Ciência Política pela UnB e integrante do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (Margem, UFMG) e do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê/IPOL/UnB).

E-mail: vivianegoncalves.unb@gmail.com

### RESUMO > RESUMEN > ABSTRACT >

Este artigo pretende discutir as operações que tornam certos sujeitos e grupos reconhecíveis e valorizáveis, enquanto outros são claramente destituídos de respeito e consideração. Argumentamos que o desrespeito às mulheres negras envolve a produção de narrativas e enunciados que traçam distinções valorativas entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menosprezáveis. Nesse contexto, a autonomia envolve, assim, um jogo delicado de poder entre a invisibilização biopolítica de constrangimentos às ações dessas mulheres e a visibilização de experiências que não são totalmente identificadas pelos padrões de dominação como, por exemplo, as narrativas e testemunhos de mulheres negras registrados online. Ao apresentar respostas ativistas a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, religião e nacionalidade, mostramos como a imprensa feminista, através de sites, blogs e páginas do Facebook, debate questões fora do mainstream da mídia comercial.

**Palavras-chave:** mulheres negras, autonomia, mídias digitais, experiência.

Este artículo pretende discutir las operaciones que hacen a ciertos sujetos y grupos reconocibles y valorables, mientras que otros están claramente destituidos de respeto y consideración. Argumentamos que el irrespeto a las mujeres negras involucra la producción de narrativas y enunciados que trazan distinciones valorativas entre modos de vida considerados dignos y aquellos ampliamente percibidos como menospreciables. En este contexto, la autonomía implica un juego delicado de poder entre la invisibilización biopolítica de las limitaciones a las acciones de esas mujeres y la visibilización de experiencias que no están totalmente identificadas por los patrones de dominación como, por ejemplo, las narrativas y testimonios de mujeres negras registrados en línea. Al presentar respuestas activistas a opresiones interseccionales de raza, clase, género, sexualidad, religión y nacionalidad, mostramos cómo la prensa feminista, a través de sitios, blogs y páginas de Facebook, debate cuestiones fuera del mainstream de los medios comerciales.

**Palabras clave:** mujeres negras, autonomía, medios digitales, experiencia.

This article aims to discuss operations that make certain subjects and groups recognizable and worthwhile, while others are clearly devoid of respect and consideration. We argue that disrespect for black women involves the production of narratives and statements that draw distinctive values between lifestyles considered worthy and those widely perceived as despicable. In this context, autonomy thus involves a delicate set of power between the biopolitical invisibilization of constraints on the actions of these women and the visualization of experiences that are not fully identified by patterns of domination, such as the narratives and testimonies of black women registered online. By presenting activist responses to intersectional oppressions of race, class, gender, sexuality, religion and nationality, we show how the feminist press, through websites, blogs and Facebook pages, debates issues outside the mainstream of commercial media.

**Keywords:** black women, autonomy, digital media, experience.

A excessiva luminosidade dos holofotes sobre a performance midiática de atores políticos institucionais e cívicos deixa na obscuridade inúmeras experiências relacionadas aos processos de constituição de atores sociais mais marginalizados enquanto interlocutores legítimos e dignos de consideração e valorização moral. No cenário de crescente espetacularização da política, grande parte das negociações e conflitos “foi convertida em luta pela imposição da imagem pública dos agentes políticos e na competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política” (Gomes, 2004, p.239). O embate e o agonismo que marcam os processos de negociação pública acerca da vida coletiva e da justiça social se encontram muitas vezes reduzidos a uma competição pela construção, controle e determinação da imagem pública dos indivíduos, grupos e instituições participantes do jogo político (Weber, 2000).

Neste artigo, tentamos evidenciar aspectos do processo de constituição de atores políticos que não se reduzem a construção e proteção de sua face pública e publicizável. Interessa-nos refletir acerca de como a agência política dos sujeitos toma forma e é fortalecida ou cerceada em contextos concretos de vida e experiência, articulada por feixes de relações, assimetrias e potencialidades que demandam a consideração dos sujeitos como agentes coletivos, inseridos em práticas relacionais e comunicativas que os auxiliam a definir e defender interesses e preferências. Partimos do pressuposto de que antes mesmo de discutir o jogo político que configura cenas de disputa argumentativa e de movimentação de fluxos e relações de poder no contexto brasileiro e latino-americano, precisamos considerar as inúmeras variáveis que afetam o processo de transformação dos indivíduos em sujeitos políticos autônomos, capazes de participarem, como pares efetivos, dos debates e práticas decisórias que determinam suas possibilidades éticas e morais de agência e existência.

Consideramos que a prática política só se realiza em condições de paridade e autonomia, consideradas não sob o viés do liberalismo (ausência de quaisquer cerceamentos à ação ou decisão individual) ou do isolamento diante de influências externas, mas sob uma perspectiva relacional que alia o aprimoramento de habilidades expressivas com condições institucionais minimamente favoráveis à soberania individual e coletiva na definição de interesses e demandas (Fraser, 1999).

Neste artigo, consideramos que a busca por autonomia e emancipação política dos sujeitos envolve uma articulação delicada entre: (a) condições institucionais favoráveis ao agenciamento e às diversas formas de expressão e enunciação de indivíduos e grupos; e (b) o delicado e demorado processo de desenvolvimento de habilidades comunicativas, expressivas e cognitivas que leva o sujeito a se posicionar diante de outros, a elaborar suas preferências diante de constrangimentos de poder e contingências múltiplas, a expressar opiniões com segurança e desenvoltura, a justificar e defender seus pontos de vista quando questionado.

De um lado, as estruturas institucionais, políticas e culturais, que deveriam oferecer oportunidades de desenvolvimento e aprimoramento dessas habilidades são perpassadas por assimetrias de poder e coerções pouco tematizadas e tratadas. De outro, as experiências singulares de indivíduos e grupos são recorrentemente reduzidas em sua complexidade por enquadramentos sociais e midiáticos que acentuam formas de controle e submissão de corpos e vontades aos ditames do capital e de ideologias machistas e discriminatórias.

---

<sup>1</sup>Este artigo integra pesquisa realizada com o apoio do CNPq e da Fapemig.

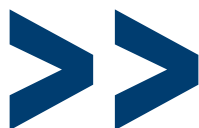
Diante dos aspectos acima destacados, como pensar sobre a autonomia e a emancipação política de mulheres negras no contexto brasileiro atual? A reflexão aqui proposta pretende abordar não apenas a inserção dessas mulheres no espaço público, mas também as dificuldades que enfrentam ao se constituírem como interlocutoras, como sujeitos de fala, numa autorrealização na ação da aparência e conversação política. Romper com a naturalização do silêncio imposto por séculos, refundado geracionalmente, é tomar para si a “própria palavra” como um processo de aprendizagem, fruto da experiência única e vivenciada individualmente, em meio a lutas e disputas por reconhecimento.

## O ENQUADRAMENTO BIOPOLÍTICO CONFERIDO ÀS MULHERES NEGRAS E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

Para Butler (2015), os enquadramentos nos ajudariam a distinguir as vidas que podemos apreciar e valorizar, daquelas que não mereceriam ser consideradas. Os termos, as categorias, as convenções e regras gerais que operam em dispositivos de enquadramento modelam e transformam, por exemplo, um ser vivente em um sujeito passível de ser reconhecido através de uma forma específica de apreensão, isto é, uma forma de conhecimento associada ao sentido e à percepção, e não a formas conceituais de mediação entre os indivíduos. Segundo ela (2015, p.14), os enquadramentos são operações de poder: “não decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”.

Trata-se, assim, de saber como funcionam as operações que tornam certos sujeitos e grupos reconhecíveis e valorizáveis, enquanto outros são claramente destituídos de respeito e consideração. Didier Fassin (2010) aponta que discussões acerca da precarização da compreensão de si são fomentadas por uma série de normas e sentidos que governam os corpos e a vida na contemporaneidade. O governo biopolítico dos corpos coletivos, de acordo com esse autor, envolve a produção de narrativas, argumentos e enunciados que passam a traçar distinções entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menosprezáveis.

Para ele, a produção de direitos, de reconhecimento e de acesso a serviços e atendimento por parte do Estado estão atreladas ao modo como o Estado disponibiliza atendimento aos “sujeitos precários” (Butler, 2004), ou seja, exigindo deles enunciados e formulários que atestem um status, uma condição, uma internalização da dependência e uma total rendição aos aparelhos de correção e controle:



O que a política faz com a vida e com as vidas não é só uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e práticas. É também uma questão do modo concreto como indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de que moral, implicando desigualdades e falta de reconhecimento (Fassin, 2009, p.57).

Diante desses aspectos, Fassin destaca que as políticas públicas sociais desempenham hoje um papel fundamental no gerenciamento biopolítico dos corpos e dos modos de ser, caracterizando uma governamentalidade que corresponde à racionalização da arte de governar e não à prática do governo.

Considerando as perspectivas de Fassin e Butler, argumentamos que uma das formas mais eficazes de controle coletivo dos processos de autonomização dos sujeitos pode ser definida como enquadramento biopolítico dos corpos. Pensamos aqui, especificamente, nos corpos femininos, nas mulheres negras constantemente vigiadas e cerceadas em múltiplos contextos de trabalho e existência. O enquadramento biopolítico seria uma técnica de governo ou de governamentalidade neoliberal que formata as cenas de aparência e visibilidade, preparando-as para definir sujeitos e grupos exemplares, considerados como parâmetro para a atribuição impositiva de identidades sociais, cujo projeto e modo de vida é tido como antítese do desvio e de existências moralmente julgadas como indignas de consideração e apreciação.

De acordo com Rago (2017, p.368) a expansão da governamentalidade neoliberal passa a definir frequentemente as mulheres sob a ótica do empreendedorismo, produzindo-as como sujeitos neoliberais femininos criativos, “capazes de livre escolha, baseada em um cálculo econômico racional, pois, assim como os homens, têm sido chamadas a subjetivarem-se em modos neoliberais, constituindo-se como autônomas, emancipadas e senhoras de si”. Sob esse aspecto, a emancipação é traduzida como sucesso socioeconômico individual e meritório, pouco revelando as contingências que atravessam o leque de experiências e escolhas disponíveis às mulheres negras e frequentemente empobrecidas. O reconhecimento ideológico dessas mulheres como responsáveis, criativas e empreendedoras influencia no modo como configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, muito mais às necessidades da governamentalidade neoliberal do que às suas próprias.

Contudo, é preciso destacar que a autonomia não se reduz à auto-suficiência individualista que apaga as particularidades das relações sociais que constituem as trajetórias dos sujeitos e cerceiam suas escolhas e preferências<sup>2</sup>. Por isso mesmo, ela não pode ser pensada de maneira descolada de aspectos culturais e de socialização.

A construção da autonomia, da emancipação e do empoderamento não é algo dado aos indivíduos, mas um processo agonístico de enfrentamento reflexivo e constante articulação entre interesses e projetos individuais e coletivos (Mouffe, 1995; Dewey, 1998). Cidadãos autônomos precisam, por exemplo, negociar e determinar quais as políticas sociais são mais consistentes e respondem mais adequadamente às suas demandas, levando-se em conta o contexto cultural, econômico e social em que produzem suas relações e seu auto-entendimento.

Segundo Honneth e Anderson (2011, p.88), a autonomia, justamente por depender dos vínculos estabelecidos com a alteridade, é vulnerável a rompimentos que minam “um processo intersubjetivo contínuo, no qual a atitude frente de um indivíduo frente a si mesmo emerge em seu encontro com a atitude do outro frente a ele”.

A autonomia envolve, assim, um jogo delicado de poder entre a identificação de constrangimentos de ação e a definição de possibilidades de ação a partir da valorização de experiências que não são totalmente identificadas pelos padrões de dominação (Biroli, 2016; Oshana, 2003). Dito de outro modo, a autonomia

<sup>2</sup> Na concepção liberal, o princípio da autonomia prevê que “os indivíduos deveriam ser livres e iguais na determinação das condições de suas próprias vidas” (Held, 1987, p.244). Nesse sentido, a autonomia, entendida como autogoverno, preza a habilidade que um indivíduo possui de agir de acordo com preferências, valores e condições que lhe são próprios (Biroli, 2012).

refere-se tanto às condições em que as escolhas são definidas, quanto à auto-determinação dos sujeitos<sup>3</sup>, revelando como lidam, em sua experiência concreta, com assimetrias de poder e barreiras impostas à sua emancipação.

Grande parte desses constrangimentos de poder podem ser articulados em torno de duas dimensões: econômica e simbólica. As desigualdades econômicas privam os sujeitos de independência e dos recursos necessários ao seu desenvolvimento e mesmo à sua subsistência. Uma democracia centrada em princípios de justiça social tem como pressuposto prover a todos os indivíduos as condições mínimas de sua auto-realização (Oshana, 2003). Ao mesmo tempo, outra grande parte dos cerceamentos impostos à emancipação dos sujeitos advém do que Honneth e Anderson (2011) chamam de “vulnerabilidade semântica”, ou seja, a vulnerabilidade advinda da valorização negativa das atividades e modos de vida de um sujeito ou grupo. Segundo eles, existem recursos semânticos e simbólicos partilhados que enquadram formas de inscrição social como indesejáveis ou repulsivas.



Na medida em que a forma de vida de alguém não somente não consegue obter aprovação, como é um alvo constante de desrespeito e humilhação, a tarefa de perseguir sua forma de vida como significativa é ainda mais repleta de dificuldades. E, sem aquela percepção de que suas aspirações são dignas de serem perseguidas, seu modo de agir é tolhido (HONNETH; ANDERSON, 2011, p.98).

De modo mais específico, as mulheres negras, marcadas pelos preconceitos associados ao gênero, à classe social e mesmo à raça, ao serem frequentemente percebidas pela sociedade como “cuidadoras” e/ou “beneficiárias” de programas assistenciais, encontram grandes dificuldades para alcançar a autonomia política necessária para formular suas questões e debatê-las na esfera pública (Freitas, 2016).

Percebemos, junto com Butler (2004), Fassin (2010) e Rago (2017), que a precariedade se tornou um modo hegemônico de governo que tem forte incidência como governamos a nós mesmos. A precariedade pode ser tanto a condição de vulnerabilidade (Mackenzie et al., 2014) que nos aproxima e nos abre às demandas de reconhecimento da alteridade, quanto à forma neoliberal de regulação, controle e poder que orienta e determina nosso campo de ações, ameaçando-nos com a insegurança e o caos. A governamentalidade neoliberal requer a precariedade como modo de vida, como princípio organizador e controlador por meio do qual se enraízam práticas biopolíticas que cerceiam a autonomia.

Há, assim, inúmeros limites e obstáculos à construção da autonomia como condição fundamental da construção de sujeitos políticos, dificultando as condições concretas de sua efetivação. De um lado, o sujeito autônomo “deve ser capaz de se ver como autor de sua própria história e de suas construções da identidade pessoal a partir de um campo de escolhas possíveis”(Cooke, 1999, p.25). De outro, e ao mesmo tempo, esse processo de invenção e criação de si é marcado por hierarquias e relações de poder que fazem com que:

[...] as escolhas sejam vistas não apenas como um fator de interação entre o indivíduo e as alternativas socialmente disponíveis, mas como um desdobramento complexo dos padrões de socialização, das relações nas quais os indivíduos estão posicionados e de como, dados esses padrões e essa posição, configuram-se suas ambições, o horizonte das possibilidades de ação e, de modo mais geral, sua capacidade de autodeterminação (Biroli, 2012, p.16).

<sup>3</sup> Para Cooke (1999), a auto-determinação está associada ao modo com o qual um sujeito político autônomo desenvolve as seguintes capacidades: (a) adoção de uma atitude reflexiva com relação às próprias necessidades e aos desejos; (b) tomada de decisão entre alternativas de expressão de suas necessidades frente aos outros, mediante a troca de pontos de vista; (c) elaboração dos próprios meios e estratégias de encontrar e propor soluções para suas próprias ações cotidianas; (d) eleição de objetivos e sua sustentação pública via debate e argumentação. 20

No cerne da capacidade de autodeterminação está a criação de cenas coletivas de enunciação e a produção de dissenso e questionamento em torno da imposição de representações, enquadramentos e identidades sociais subalternizantes. A dimensão comunicacional e relacional da autodeterminação se vincula à construção de si como sujeito político que assume o lugar de fala de interlocutor moralmente valorizado e pretensamente protegido de injúrias e desrespeito. Dessa forma, a subjetivação política associa-se a rupturas com uma ordem discursiva que oferece a cada pessoa seu lugar na ordem das coisas, atrelado a uma identidade (Rancière, 2004). A subjetivação política não é o “reconhecimento de” ou o gesto de “assumir uma identidade”, mas o desligamento com uma identidade social atribuída, a produção de um hiato entre a identidade da ordem vigente e uma nova subjetividade política, o que pode ser observado inter cruzando poder, resistência, técnicas de si e questionamento dos enquadramentos biopolíticos de precarização (Marques, 2013).

Além disso, Bulter et al. (2016) afirmam que a vulnerabilidade não é o oposto da resistência, mas configura uma exposição deliberada diante do poder, fazendo parte da constestação política como ato de subjetivação e de aparecimento do corpo em cena. Nesse sentido, o legado da luta das mulheres negras ganha força ao se depararem cotidianamente com a vulnerabilidade a agressões sofridas no trabalho, na rua, em casa e via meios de comunicação, em um misto de racismo, misoginia e pobreza, que lança seus corpos entre a visibilidade espetacular do exotismo erotizante e a subalternização invisibilizadora dos cuidados domésticos.

Cabe lembrar, no entanto, que apesar de os desafios serem muitas vezes comuns, as experiências e suas interpretações não são as mesmas para todas as mulheres negras (Collins, 2012 a e b). As possibilidades de resignificação da experiência vivida, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição das mulheres negras no mundo. A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas e, de outro lado, a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas dão a ver que não se pode reduzir a zero o poder de agência dessas mulheres. Nesse sentido, projetos identitários autônomicos combinam singularidades e condições comuns, investimento pessoal e contribuições oriundas das relações, revelando uma fronteira entre “as determinações estruturais e as diferentes formas de deslocamento que se impõem sem anulá-las” (Biroli, 2013, p.89). Posicionamentos, localizações sociais e experiências são diversas e permitem fissuras nos modos de reprodução de opressões e injustiças.

## **O SILENCIAMENTO DE MULHERES NEGRAS NA MÍDIA COMERCIAL BRASILEIRA**

Apesar da importância assumida pelos movimentos de mulheres negras em décadas recentes, ainda vigora o contraste entre tal relevância e sua baixa presença nos discursos e textualidades midiáticas (excluindo-se aqui representações espetacularizantes de criminalização e erotização do negro e da mulher negra), como problema teórico e empírico, na Ciência Política e na Comunicação Social brasileiras. Na mesma perspectiva, pouco ainda se vê mulheres negras como protagonistas e com a legitimidade de falar por si

mesmas ou não serem silenciadas pela maior parte dos enquadramentos biopolíticos impostos pela mídia comercial. Rodrigues (2006) destaca que, embora o movimento de mulheres negras tenha se consolidado como um ator político importante na cena pública brasileira e se inserido de maneira pioneira em espaços de mediação entre o Estado e a sociedade civil, houve pouca, se alguma, sistematização acadêmica acerca do ativismo de mulheres negras e seu impacto na reorientação dos estudos sobre feminismo e antirracismo no Brasil – o que também impacta no questionamento (ou na falta dele) quanto à postura eugenista e estereotípica dos meios de comunicação<sup>4</sup>.

No debate teórico e nas práticas políticas e comunicacionais, o sentido da democracia está em disputa. Para teóricas políticas feministas (Fraser, 1999; Butler, 2016), falar em democracia é bem mais do que a possibilidade de haver partidos políticos, de ter direito a votar e ser candidata ou candidato. Falar em democracia e em ações comunicativas é também falar em autonomia dos sujeitos, o que implica em maiores condições de participação política e de influência nos debates públicos.

Embora ter como prioridade a manutenção da vida privada fosse também a realidade de algumas mulheres – brancas e proprietárias –, as negras e pobres já estavam na lida da lavoura, da casa, do cuidado desde os tempos da escravidão, e continuaram relegadas, junto com os homens negros, aos mais desvalorizados postos de trabalho e na vida em sociedade em geral, pelo racismo e pelo sexismo, que levam a carga do classismo, em muitos casos (Davis, 2016).

A naturalização das hierarquias sociais, que pode ser atrelada à concepção burguesa da esfera pública, via discursos midiáticos, reforça constrangimentos e preconceitos, visto que aclama um determinado perfil de espectadores-consumidores, enquanto silencia e exclui quem não se enquadra nestes moldes. Para Biroli (2017, p. 120), o grande número de informações disponibilizado hoje pela mídia não necessariamente significa ou “potencializa uma constelação plural de representações da vida social”. Pelo contrário, a autora ressalta que o direcionamento midiático poderia colaborar para uma “visão tipificada da realidade social”, por meio da qual arranjos e hierarquias existentes seriam naturalizados, além de haver a contenção de críticas a eles.<sup>5</sup>

Ao ativar compreensões tipificadas da realidade, o jornalismo confirma e ao mesmo tempo promove alguns atores sociais ao lugar de enunciadores privilegiados, isto é, de indivíduos que têm competência e recursos para dizer algo que merece a atenção do público. Por outro lado, reforça, em relação a outros, caracterizações negativas ou pouco vantajosas do ponto de vista da promoção de seu acesso a recursos simbólicos e materiais que podem ser transmutados em uma maior autonomia, em posições de poder e/ou em status (Biroli, 2017, p. 141).

<sup>4</sup> De acordo com a pesquisa “Retratos das desigualdades de gênero e raça” (IPEA et al., 2017), após dez anos da primeira investigação, não apenas as desigualdades entre mulheres e homens, mas também entre as próprias mulheres se mantêm significativas, o que demanda uma atenção para o que, de fato, significa o empoderamento feminino alardeado atualmente. Segundo o estudo, por exemplo, em 2015, 25,4% das mulheres brancas tinham 12 ou mais anos de estudo. Em contrapartida, este percentual caía para 11,9% entre mulheres negras. O decréscimo se inverte se o período observado for menor a 1 ano de escolaridade: 14,7% (negras) e 8,6% (brancas). Quanto à renda familiar per capita, na comparação sexo e cor/raça, os/as chefes de família brancos/as ocupavam o topo da pirâmide salarial, a saber, nesta ordem: (i) homens brancos (R\$ 1.642,60), (ii) mulheres brancas (R\$ 1.572,50), (iii) homens negros (R\$ 896,70) e (iv) mulheres negras (R\$ 831,30).

<sup>5</sup> Dentro dessa ideia, cabe aqui explorar também o papel dos/as jornalistas e o sentido/impacto de sua socialização no interior e fora das redações: “O pertencimento dos jornalistas a uma classe média branca levaria à identificação com alguns grupos sociais e problemas [...], assim como o ambiente profissional os levaria a perceber a política da posição privilegiada daqueles que se tornam suas fontes” (Cook apud Biroli, 2017, p. 145).

O mito da democracia racial brasileira, pelo qual dissemina-se o entendimento de que toda a população brasileira é formada pela junção harmoniosa e de respeito mútuo de várias raças e etnias como negros, indígenas e europeus, ainda hoje encobre estupros e outras tantas formas de violências pelas quais passam e passaram as mulheres negras e indígenas, sem qualquer sombra de valorização quanto a sua condição de mulher ou mãe (Freitas, 2017).

Com a perspectiva eugenista de decidir “quem pode viver e quem deve morrer, ou quem nem mesmo deve chegar a viver”, Carneiro (2011a, p. 132) relata as decisões tomadas pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e seu secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, em 2007. Na época, Cabral defendia a legalização do aborto, uma das principais temáticas da agenda feminista brasileira, como uma forma de prevenir e conter a violência, já que considerava que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as tornava “fábricas de produzir marginais”. A Beltrame caberia, assim, estabelecer a diferença do valor de cada vida humana no Rio de Janeiro, culminando na decisão nefasta entre quem merecia viver – os moradores das favelas ou a classe média. Como mencionamos anteriormente, as práticas de julgamento e os sistemas de valor que orientam a avaliação moral e ética das experiências e condutas agem subrepticamente, mas de forma decisiva sobre as vidas no âmbito da governamentalidade biopolítica neoliberal.

Na perspectiva de problematizar valores morais naturalizados e as vantagens e desvantagens envolvidas nesse processo, Gonzalez ressalta que o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao abstrair o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Dessa forma, “falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas” (Gonzalez, 2011, p. 14). Em complementação, Carneiro (2011b) frisa que a universalização da luta dos movimentos feministas, feita a partir do ponto de vista das mulheres brancas, nega, deslegitima e silencia as mulheres negras, aproximadamente metade da população feminina brasileira.

Nesse bojo, a interseccionalidade pode contribuir para reflexões sobre temáticas afins aos estudos de gênero, como a divisão sexual do trabalho, o cuidado e a participação política, que demandam um entendimento mais amplo dos conceitos da Ciência Política, rompendo com pressupostos arraigados de neutralidade e igualdade cidadãs na construção do sujeito político, discussão cara às teorias políticas feministas, mas pode ir além, ao se perceber que muitas mulheres ainda estão aquém do ponto mínimo de direitos (Collins, 2012b). A ideia de interseccionalidade trazida por Costa (2013, p. 474), com base nos estudos de Crenshaw (2002), trabalha a articulação política entre os movimentos classista, feminista e negro, a partir de duas noções importantes para pensar desigualdades: desempoderamento e empoderamento. Assim, no sentido do desempoderamento, a interseccionalidade faz referência “à maneira pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades”, como também chama atenção para os enquadramentos estigmatizantes.

No sentido do empoderamento, as dinâmicas dos eixos de poder – raça, classe, gênero etc. – podem fazer com que se criem resistências e mobilizações políticas individuais e coletivas entre os membros dos grupos marginalizados. Assim, as relações de poder se colocam bem mais imbricadas de opressões entre as próprias mulheres do que apenas entre gêneros, visto que a interseccionalidade de classe, raça e gênero, que perpassa essas relações, imprime “assimetrias incontornáveis” (Biroli; Miguel, 2015).



Gonzalez (1984), na mesma perspectiva de Hooks (2015), ressalta o caráter restritivo e excludente da abordagem do modelo homogeneizante do feminismo branco e proprietário do norte-global. A crítica da autora brasileira parte do incômodo causado pela representação limitante das mulheres negras como mulatas, empregadas domésticas e mães pretas. Mesmo as mulheres negras de classe média não estão isentas da discriminação: “Não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem vestidas’ (afinal ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’)” (Gonzalez, 1984, p. 230).

Os debates próprios do pensamento feminista negro não necessitam ser exclusivos, podendo ser compartilhados com outras pessoas, a fim de ampliar a discussão e sair da homogeneidade de perspectiva. É justamente a convergência dessas características distintas que fazem com que o pensamento feminista negro tenha contornos particulares, ao apresentar respostas ativistas a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade. Não é possível, portanto, falar de empoderamento das mulheres negras sem que essas opressões sejam combatidas, a partir de princípios de justiça social, que transcendem as necessidades particulares deste grupo.

Assim, baseando-nos em Biroli (2013, p.94), indagamos: “como distinguir entre as experiências e perspectivas específicas e a vocalização de preferências que expressam padrões socialmente reproduzidos e desvantajosos, mas moldam comportamentos e formas eficazes de autoidentificação?”

## “NÓS, MULHERES DA PERIFERIA”

O silenciamento dos veículos de comunicação quanto à realidade das mulheres negras, que, na maioria das vezes, encontram-se nas periferias das grandes cidades ganhou, em 2012, uma nova perspectiva. Freitas (2017) ressalta que a imprensa feminista se destacou entre os títulos da imprensa alternativa, a partir da efervescência dos movimentos sociais da década de 1970. No contexto atual, agora por meios digitais, essa imprensa feminista também ganha expressividade, se destacando entre o nicho de sites, blogs e páginas do Facebook que debatem questões ainda sem grande expressividade dentro da mídia comercial, como as relações de poder existentes e naturalizadas nas esferas privada e pública, que ainda hoje precisam reafirmar seu caráter.

Um dos exemplos dessa geração digital é o coletivo “Nós, mulheres da periferia”, que tem como marco fundador um artigo publicado há cinco anos, no jornal Folha de S. Paulo, na seção Tendências/Debates. As fundadoras do grupo – oito jornalistas e uma designer<sup>6</sup>, todas moradoras da periferia de São Paulo e negras, em sua maioria – ressaltam que, no momento em que o texto foi escrito, a inspiração partiu de suas vivências, visões e experiências cotidianas. Assim, mais do que chamar a atenção dos/as leitores/as habituais do periódico<sup>7</sup>, o texto foi replicado em outros veículos de comunicação, e viralizou como um manifesto entre outras mulheres jovens ou não tão jovens, que se sentiram “representadas, lembradas e retratadas” por aquelas palavras. Naquele texto, elas falavam de dupla jornada de trabalho, de socialização diferenciada

<sup>6</sup> As integrantes do coletivo “Nós, mulheres da periferia” são: Jéssica Moreira, 23 anos (Perus, zona noroeste); Semayat Oliveira, 26 anos (Cidade Ademar, zona sul); Cíntia Gomes, 31 anos (Jardim Ângela, zona sul); Bianca Pedrina, 30 anos (Carapicuíba, Grande SP); Mayara Penina, 24 anos (Paraisópolis, zona sul); Priscila Gomes, 31 anos (Vila Zilda, zona norte); Regiany Silva, 25 anos (Cidade Tiradentes, zona leste); Lívia Lima, 27 anos (Artur Alvim, zona leste); e Aline Kátia Melo, 31 anos (Jova Rural, zona norte). Quem somos – Manifesto. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

<sup>7</sup> De acordo com o site da Folha de S. Paulo, dos 1,457 milhão de leitores/as do jornal impresso, residentes na Grande São Paulo, 10% pertencem à classe A; 50%, à classe B; 37%, à classe C; e 3%, à classe DE. Além disso, 47% são homens e 53%, mulheres. A maior parte do público tem entre 25 e 34 anos (23%) e entre 35 e 44 anos (20%). Disponível em: <[http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil\\_do\\_leitor.shtml](http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml)>. Acesso em: 9 nov. 2017.

para meninos e meninas, de discriminação interseccional de raça, classe e gênero, de ter que provar a todo momento que ser mulher, pobre e negra não desqualifica ninguém, que têm o direito de falar por si mesmas e serem respeitadas como sujeitos de sua própria história.

Seja por meio do site ou da página no Facebook (criada em 8 de março de 2013)<sup>10</sup>, as integrantes do grupo buscam ser vozes distintas das que tendam a falar por elas na mídia comercial. Com textos de autoria própria, com reflexões sobre o cotidiano em que estão inseridas, no ambiente em que cresceram e vivem, elas retratam realidades bem distantes das páginas dos grandes jornais. No site, o coletivo destaca que se

propõe [a] reduzir esse espaço vazio existente na imprensa e a falta de representatividade, buscando mais protagonismo e visibilidade, com a nossa própria voz. Além de reconhecer e fazer parte desta luta, a proposta do coletivo é construir um espaço com informações que extrapolem a questão de gênero a atinja o campo social e étnico, onde a exclusão é muito maior (Nós, mulheres da periferia, s.a., s.p).<sup>8</sup>

Indo um pouco além, na página do Facebook, ressaltam que, ao “informar e divulgar ações, criar um canal de diálogo sobre mulheres da periferia e colocar este tema em discussão”, também esperam que essa visibilidade, aliada à produção de conhecimento e reunião de histórias e experiências, possa fomentar conteúdo em outros veículos e incidir politicamente.

A campanha “#eumulherdaperiferia”, desenvolvida em 2014<sup>9</sup>, para a qual diversas mulheres de diferentes idades e raças enviaram fotos segurando uma placa com a hashtag, é bastante significativa para pensar o debate sobre construção de si via relatos de experiências. O relato de si (Rago, 2013) não se resume a um registro objetivo dos fatos que ocorreram na vida da pessoa, mas apresenta um relato daqueles episódios que se fazem marcantes para a constituição desse sujeito que fala de si. Relatar-se a si mesmo tem uma dimensão político-afetiva marcada por duas propriedades principais: (i) a construção, aprimoramento e domínio de uma linguagem e um vocabulário próprio para moldar seu próprio mundo e as possibilidades que vêm com ele; (ii) a oportunidade de exercer a auto-expressão e a escuta, situando a importância do outro na constituição do relato de si. Essa segunda dimensão, comunicacional e relacional, traz o tema dos afetos e de como se permite ser sensibilizado pelos outros, pela alteridade, possibilitando uma abertura ao acolhimento e reconhecimento do outro e do próprio eu (Marques; Biondi, 2017). O ato de escrever/falar, de nomear e registrar um dano, instaura um processo de desidentificação que demonstra as consequências de ser visto e classificado como “excluído, marginalizado, destituído etc”. Assim, “a luta por justiça se apresenta, inerentemente paradoxal, sendo atravessada por práticas opressivas, mas também pela possibilidade de desvelamento e questionamento de tais práticas” (Sarmiento; Reis; Mendonça, 2015, p. 26).

Nos relatos, as mulheres negras da periferia apenas seriam aceitas para desempenhar atividades menores, desvalorizadas, reafirmando sua subalternidade, discriminação, alijamento e a anulação de seu papel como sujeito político, com autonomia e direitos.



[...] Descobrimos que tem mais mulher subindo a rua correndo depois das 22h. Que sua mãe não inventou a ideia de te esperar no ponto de ônibus. Que não somos a única contorcionista do ônibus em horário de pico. Que tem muito mais mulher poeta do que imaginamos na quebrada. Mulher puxando samba em roda de bamba no bar ao lado. Que falar o real nome do bairro onde moramos não é problema algum. Admiramos as tias sentadas em frente de casa conversando. Falando alto na busca por moradia, saúde, educação. Vimos que ser mulher, preta e pobre são acúmulos de desafios – cada um com o seu peso (Silva, 2014, s.p).

<sup>8</sup> Nós, mulheres da periferia. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nosmulheresdaperiferia/>>. Acesso em: 9 nov. 2017. 25

<sup>9</sup> Sobre nós. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/sobre/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

O texto que acompanha as imagens – cujo trecho é reproduzido acima – destaca a pluralidade dessas mulheres, por suas histórias, experiências e cotidianos distintos. Ao mesmo tempo, frisa que, em comum, têm o fato de serem mulheres moradoras da periferia das grandes cidades, o que representa uma diferença brutal de se entender na sociedade e, muitas vezes, também está atrelada ao “matriarcado da miséria”. A expressão, cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, tem o intuito de mostrar como “as mulheres brasileiras negras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social”, além de “revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país”. Este termo ganha relevância para esta análise por dois aspectos em especial. O primeiro deles parte da expressão em si, visto que as mulheres que mais sofrem as consequências das desigualdades socioeconômicas são as que têm filhos, principalmente pela ausência paterna para assumir suas responsabilidades junto aos dependentes e por fazer com que a inserção das mulheres no mercado de trabalho seja em situações menos vantajosas. O segundo refere-se à vinculação com as mulheres negras, sobre quem recai, de modo conjugado, o racismo e o sexismo, produzindo

[...] uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo do confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (Carneiro, 2011c, p. 127 128).

A realidade das trabalhadoras domésticas também é um dos temas agendados pelo coletivo. Em 2015, foi produzido o Especial Domésticas, com textos escritos pelas integrantes do grupo a fim de apresentar dicas quanto aos direitos dessas trabalhadoras e possibilitar que elas contassem um pouco de suas histórias. Um exemplo é Tula Pilar, ex-babá que agora vive de sua arte como poetisa<sup>10</sup>. Ela conta que várias vezes foi demitida porque as patroas viam que as crianças se apegavam mais a ela do que às mães, enquanto isso não podia cuidar da própria filha. Humilhações como “você é da família, você é nossa negrinha” ou “vai pra lá que agora não é pra você ficar aqui” eram constantes. No momento em que o texto foi produzido para o site do coletivo, Tula Pilar escrevia poesias, se apresentava em eventos e já estava há nove anos como integrante da equipe de vendedores da revista *Ocas*, sendo responsável por seu horário e seus ganhos: “Hoje, quando recebo os aplausos nas apresentações gostaria muito que as antigas patroas estivessem na plateia e vissem aonde cheguei”.

A escrita faz circular as invenções microssociais de novas formas de vida que não se revertem em regras universais obrigatórias (Rancière, 2004). Ela é um projeto ao mesmo tempo individual e intersubjetivo, que nos coloca em contato com a diferença e com a criação de novas possibilidades de ser e existir. Existem, portanto, arranjos variados no processo de construção da autonomia e todos eles, em alguma medida, servem-se de táticas que retiram palavras e objetos da posição em que estão inseridos no quadro consensual sensível definido por uma rede dominante de significações, dificultando seu lugar e seu registro no sistema de coordenadas policiais onde habitualmente se localizam.

Esse trabalho de mudança dos modos de aparição, das coordenadas do representável e das formas de sua enunciação altera quadros, ritmos e escalas, proporcionando outras formas de apreender a autonomia

<sup>10</sup> Tula Pilar: “Gostaria que minhas antigas patroas vissem aonde cheguei”. 14 mar. 2015. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/cronicas/do-trabalho-domestico-para-a-poesia-conheca-a-historia-de-tula-pilar/>>. Acesso em: 9 nov. 2017

e sua significação. Para definir a autonomia, como vimos, não se considera apenas uma distinção entre escolhas voluntárias e coercitivas, como se entre elas não houvesse toda uma gama de questões que as entrelaçam (Oshana, 2003). É importante sempre considerar os contextos e as assimetrias de recursos e de oportunidades que atravessam as escolhas dos sujeitos. As escolhas não são feitas de modo isolado e isento de intervenções externas, mas constituem uma trajetória interligada ao exercício relacional constante de definição e redefinição de quem somos.

#### REFERÊNCIAS>>

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, 2012, p. 7-39.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)*, v. 21, p. 81-105, 2013.

BIROLI, Flávia; Miguel, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.31, n.90, p.39-57, 2016.

BIROLI, Flávia. A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. In: BIROLI, F.; MIGUEL, Luis Felipe. *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-146.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Precarious Life*. London: Verso, 2004.

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.

BUTLER, J. "We, the People": Thoughts on Freedom of Assembly. In: BADIOU, Alain et al. *What is a People?* New York: Columbia University Press, 2016, p 49-64.

CARNEIRO, Sueli. Biopoder. In: Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011a. p. 131-134.

CARNEIRO, Sueli. Construindo cumplicidades. In: Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011b. p. 119-122.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. In: Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011c. p. 127-130.

COLLINS, Patricia Hill. "Social Inequality, Power and Politics: Intersectionality and American Pragmatism in Dialogue," *Journal of Speculative Philosophy*, v.26, n.2, 2012a.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (Ed.). *Feminismos negros: una analogía*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012b. p. 99-134.

COSTA, Joaze Bernardino. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 471-489, jul./dez. 2013.

COOKE, Maeve. A space of one's own: autonomy, privacy, liberty. *Philosophy & Social Criticism*, v. 25, n. 1, 1999, p. 23-53.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWEY, J. Democracy is radical. In: Hickman, L. A. & Alexander, T. *The Essential Dewey*, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy.

Bloomington: Indiana University Press, p. 337-339, [1937] 1998.

FASSIN, Didier. Another politics of life is possible. *Theory, culture & society*, v.26, n.5, 2009, p.44-60.

FASSIN, Didier. *La raison humanitaire: une histoire morale du temps présent*. Paris: Seuil/Gallimard. 2010.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. *Revista Ecuador Debate, Quito-Ecuador*, n. 46, p. 139-173, abr. 1999.

FREITAS, Viviane Gonçalves. De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas de 1970 a 2010. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília.

FREITAS, Viviane Gonçalves. A favor dos direitos das mulheres. *Caderno Espaço Feminino (Online)*, v. 29, p. 327-333, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, Embu das Artes*, p. 12-20, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo*, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, n.16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, São Paulo*, n. 17, p. 81-112, 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) et al. Retratos da desigualdade de gênero e raça. 5.ed. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) et al. Retratos da desigualdade de gênero e raça. 4.ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2013.

MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (eds). *Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy*. Oxford University Press, 2014.

MARQUES, Angela. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Contracampo*, v.26, p.126-145, 2013.

MARQUES, Angela; BIONDI, Angie. Enunciação e visibilidade de vítimas nas redes sociais: produção de relatos de si e formas de aparição do rosto. In: MARTINS, M.; CORREIA, M. L.; VAZ, P. B.; ANTUNES, E. (orgs.). *Sentidos da Morte: na vida da mídia*. 1ed. Curitiba: Appris, 2017, v. 1, p. 147-164.

MOUFFE, Chantal. Politics, democratic action, and solidarity. *Inquiry*, v. 38, n. 1-2, p. 99-108, 1995.

OSHANA, Marina. "How much should we value autonomy". *Social Philosophy & Policy*, 2003, pp.99-126.

RAGO, Margareth. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, 2017, p.363-374.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 2004.

RODRIGUES, Cristiano Santos. As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Psicologia, FAFICH, Belo Horizonte.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo. As jornadas de junho e as questões de gênero: idas e vindas da luta por justiça. In: VI Congresso da Compólitica, 2015, Rio de Janeiro – RJ. Anais... Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política.

SILVA, Regiany. Campanha #eumulherdaperiferia. 29 maio 2014. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/portfolio-items/eumulherdaperiferia/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.